

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

Edição nº 044

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contrato e convênios.....3

Concursos Públicos.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....6



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 044

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 57/2008

Cria a Comissão Institucional de Gestão Ambiental do Ministério Público do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Recomendação nº 06, de 22 de outubro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Cria, no âmbito do Ministério Público, vinculada ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a Comissão Institucional de Gestão Ambiental, com a finalidade de estudar, sugerir e acompanhar a implementação de medidas administrativas voltadas à adoção de hábitos ecologicamente sustentáveis, tais como o gerenciamento de resíduos sólidos e outras medidas de consumo de bens e serviços de forma sustentável, todas no sentido de fomentar a conscientização institucional da preservação ambiental.

§ 1º A Comissão de que trata o *caput* deste artigo será constituída pelos seguintes membros:

I – Procurador ou Promotor de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, seu presidente;

II – Promotor de Justiça classificado na Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Comarca de Porto Alegre, em exercício da função de Coordenador ou seu substituto;

III – um Promotor de Justiça da Entrância Intermediária escolhido pelo Presidente da Comissão Institucional de Gestão Ambiental;

IV – um servidor da Direção-Geral;

V – um servidor do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente;

VI – um servidor da Divisão de Assessoramento Técnico;

VII – um servidor da Divisão de Arquitetura e Engenharia;

VIII – um servidor do Serviço Biomédico;

IX – um servidor da Unidade de Serviços Gerais;

X – um servidor da Unidade de Arquivo;

XI – um servidor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;

XII – um servidor da Divisão de Desenvolvimento Organizacional;

XIII – um servidor da Divisão de Informática;

XIV – um servidor da Unidade de Administração Predial;

XV – um servidor da Unidade de Compras.

§ 2º Os membros referidos nos incisos I, II e III do parágrafo primeiro compõem a Comissão Deliberativa.

Art. 2º A Comissão Institucional de Gestão Ambiental organizar-se-á em Grupos de Trabalho, com atuação prioritária nas seguintes áreas:

I- Gerenciamento dos Resíduos Sólidos;

II- Eficientização Predial que buscará a adequação física das

sedes do Ministério Público para o uso mais eficiente dos recursos ambientais e para a economia energética;

III- Compras e Licitações a fim de que se opte por produtos e serviços sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Parágrafo Único O Presidente da Comissão designará os Coordenadores dos Grupos de Trabalho.

Art. 3º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Provimento nº 62/2002.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de setembro de 2008.

MAURO HENRIQUE RENNER,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

MILTON FONTANA,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 388/2008

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

TORNAR INSUBSISTENTE

- tendo em vista o que consta no PR.00958.03147/2008-9, a Portaria nº 1301/2008, que nomeou JOSE CARLOS AYRES YATES, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste Órgão, registrada no Boletim nº 236/08, publicada no Diário Oficial da Justiça de 23/06/08 (Port.2832/2008).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,

Diretor-Geral, em exercício.

BOLETIM Nº 389/2008

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar do dia 27/06/2008, a Portaria nº 259/2008, que designou FRANCIELE DE CASTRO FRANK, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 27/06/2008 (Port. 2825/08).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

MILTON FONTANA,

Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 044

BOLETIM Nº 390/2008

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REMOVER

- a pedido, para o cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Santiago, de entrada inicial, o Dr. DANIEL COZZA BRUNO, 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Três Passos, de entrada inicial, matrícula nº 1495 2440, nos termos do artigo 33, parágrafo 7º, da Lei Estadual 6.536/73 (PR.00001.02628/2008-6).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

MILTON FONTANA,
Chefe de Gabinete.

**SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO
PROCESSO Nº 001148-09.00/05-7**

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e a Fundação Educacional Machado de Assis, CNPJ nº 95.817.615/0001-11; **OBJETO:** Prorrogar por 5 (cinco) anos o Convênio de Estágio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 14/04/2008; Mauro Henrique Renner, Procurador-Geral de Justiça, Saul Dante Liberali, Presidente da Fundação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE OBRAS DE ENGENHARIA – AJDG Nº 110/2008
PROCESSO Nº 6165-09.00/08-3**

CONTRATADA: CSM CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS LTDA.; **OBJETO:** execução de cobertura do estacionamento e colocação de películas nas janelas do prédio do Ministério Público na cidade de Campo Bom/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 61.002,33; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 09.01; Recurso: 0011; Projeto/Atividade: 1764; Natureza da Despesa/Rubrica: 4.4.90.51/5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

CARLOS ALBERTO UMSZA,
Diretor-Geral, Substituto.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE OBRAS DE ENGENHARIA – AJDG Nº 109/2008
PROCESSO Nº 6165-09.00/08-3**

CONTRATADA: IZYDRO ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** execução de cobertura do estacionamento e manutenção do prédio do Ministério Público na cidade de Camaquã/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 83.698,44; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 09.01; Recurso: 0011; Projeto/Atividade: 1764; Natureza da Despesa/Rubrica: 4.4.90.51/5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

CARLOS ALBERTO UMSZA,
Diretor-Geral, Substituto.

**APOSTILA
PROCESSOS Nº 8084-09.00/04-8**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, faz constar que o índice de reajuste do Contrato de Prestação de Serviços, que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica de equipamentos reprográficos da marca Xerox, será reajustado de acordo com a base variação do índice do IGP-M/FGV vigente no mês de julho de 2008, no montante de 15,11% (quinze vírgula onze por cento), e não como constou.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral, Substituto.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de setembro de 2008.

**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO,
RATIFICAÇÃO E CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
PROCESSO Nº 013447-09.00/03-3**

LOCATÁRIO: O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público/RS;

LOCADOR: Udo Werner Bobermin; **OBJETO:** locação de imóvel destinado à instalação da Promotoria de Justiça de Gaurama/RS; **VALOR:** R\$ 650,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da despesa 3.3.90.36, Rubrica 3614, Locações de Imóveis; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO** em 22/09/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

CARLOS ALBERTO UMSZA,
Diretor-Geral, Substituto.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 044

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 185/2008

ASSESSOR – ÁREA ADMINISTRAÇÃO – Edital de Abertura nº 13/2008

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

TORNO PÚBLICO E HOMOLOGO, de acordo com o Capítulo XIII do Edital de Concurso Público Nº 13/2008 – Assessor – Área Administração, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul do dia 20/02/2008, a **classificação final** do Concurso Público em epígrafe, para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público.

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS	CLASS
003082k	CHRISTIANE GONCALVES GUIMARAES	78.00	1
003352c	HENRIQUE MARTINS SACHETIM	76.00	2
003506d	LIZIANE POZZOBON	74.00	3
003753j	RICARDO FERRI CONZATTI	73.00	4
003397c	JEAN MARTINS DE SOUTO	71.90	5
003726g	PEDRO LUIZ DA SILVA BRATKOWSKI	71.10	6
003205a	ELISA MARA CORREA SOUZA	71.00	7
003054f	CARLOS EDUARDO DORINI	70.10	8
003486b	LEONARDO FONTELLES DA SILVA TAVARES	70.00	9
003250f	FABIO PALOSKI RODRIGUES	69.00	10
003472b	LAURA WEIZENMANN PILLA	69.00	11
003275k	FERNANDA RIMOLO VILARINO	69.00	12
003061c	CARLOS MAURICIO RUIVO MACHADO	68.00	13
003623h	MARILIA DE OLIVEIRA PSYBILSKI	68.00	14
003516g	LUCIANA HAHN MENEZES	68.00	15
002960j	ALFONSO AUGUSTO FROES D AVILA	68.00	16
002962c	ALINE MAIA BITTENCOURT	67.00	17
003427h	JOSE LEOPOLDO TIECHER BRONFMANN	66.00	18
003138a	DANIEL FURTADO SALCEDO	66.00	19
003286e	FLAVIO DALBOSCO DE OLIVEIRA	66.00	20
003045e	CARLA DANIELA ARAUJO DA SILVA	66.00	21
003769c	RODILON TEIXEIRA	66.00	22
003415a	JOEL CEZAR BAPTISTA MEDEIROS	66.00	23
003818a	SANDRO HUTTNER CHIMISSO	65.30	24
002983k	ANA PAULA BRAUWERS	65.00	25
003236a	FABIANE FACCHINI	65.00	26
003158g	DAVID CUREAU CERVO	65.00	27
003197f	EDUARDO ROSSI MIELKE	65.00	28
003315h	GILBERTO INACIO KLAUMANN	65.00	29
002961a	ALINE FRONCKOWIAK SALIS	65.00	30
003771a	RODRIGO CAMPELO RODRIGUES BARAO	65.00	31
003273g	FERNANDA DE AZEVEDO ZACHIA	64.00	32
003404g	JOAO AERTON BRAUNER	64.00	33
003380h	JACKSON GUASSELLI PESSOA	64.00	34



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 044

003889b	VILMAR FERNANDES BRESSAN	64.00	35
003742e	REMIR FRANCISCO PIES	63.00	36
003336e	GUILHERME PINTO DE LIMA	63.00	37
003868e	TIAGO NOVO DUARTE	63.00	38
003871e	TIELLE FONSECA DE OLIVEIRA	63.00	39
003583k	MARCIO IVAN URACH BORDIN	62.00	40
003289k	FLAVIO REGIS DIEHL	62.00	41
003081i	CHRISTIAN LIMBACHER	62.00	42
003429a	JOSE MAURO TANNER DE LIMA ALVES	62.00	43
003261k	FABRICIO OST SCHERER	62.00	44
003324i	GIULIO FLORES BRAGA	62.00	45
003265h	FELIPE BARBOSA FEIJO	62.00	46
003456d	JULIO CESAR KOCOUREK	61.00	47
001565j	GLICERIO FERNANDES DA SILVA	61.00	48
003595g	MARCOS HOFF HOMEM	61.00	49
003689e	PATRICIA BEATRIZ TARTARI BRAGHIROLI	61.00	50
003443f	JULIANA BRUST ORSO	61.00	51
002973h	ANA CARLA MORSCH CHERINI	60.00	52
003359f	IGOR LA PORTA MACHADO	60.00	53
003618d	MARIANA SOUZA GOMES FURST	60.00	54
003812k	SANDRA GRELLMANN BERGHAIN	60.00	55
003601i	MARCUS MANKE OLIVEIRA	60.00	56
003666d	MARCIO ALEXANDRE ASSUMPÇÃO CORCIONE	53.00	57

CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS	CLASS
003061c	CARLOS MAURICIO RUIVO MACHADO	68.00	1
003315h	GILBERTO INACIO KLAUMANN	65.00	2
001565j	GLICERIO FERNANDES DA SILVA	61.00	3
003666d	MARCIO ALEXANDRE ASSUMPÇÃO CORCIONE	53.00	4

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

BRUNO HERINGER JUNIOR,

Presidente do Concurso.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 044

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 19/2008

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1. Inquérito Civil, nº 032/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Sobradinho, tendo por finalidade investigar possível ocorrência de ato de improbidade administrativa, consistente em pagamento de dúbio da mesma despesa pública, figurando, como investigado, o Poder Executivo de Município.

12. Inquérito Civil nº 43/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu, tendo por finalidade a apuração de se e quais mecanismos o Município de Canguçu vem empregando para fiscalizar o estrito cumprimento dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso de moradias populares.

3. Inquérito Civil nº 27/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça de Pedro Santa Rosa, tendo por finalidade averiguar a regularidade da aplicação dos recursos públicos oriundos da Lei de Incentivo à Cultura.

4. Inquérito Civil nº 41/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu, tendo por finalidade investigar a regularidade na aplicação das verbas remetidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

5. Inquérito Civil nº 42/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu, tendo por finalidade apurar eventual exploração de serviço público de transporte coletivo em linha regular.

6. Inquérito Civil nº 69/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, tendo por finalidade averiguar eventual prática de improbidade administrativa por Prefeito Municipal.

7. Inquérito Civil nº 49/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu, tendo por finalidade investigar eventuais irregularidades nas contratações temporárias ou emergenciais de pessoal de Município.

8. Inquérito Civil nº 14/2007, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, com a finalidade de apurar eventual pagamento de contas de luz de uma fábrica de calçados, por parte de Município.

9. Inquérito Civil nº 04/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, com a finalidade de apurar irregularidades na aplicação de recursos oriundos do Estado do Rio Grande do Sul destinados ao socorro às famílias atingidas por recen-

tes enchentes ocorridas.

10. Inquérito Civil nº 26/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Itaqui, tendo por finalidade apurar eventual prática de improbidade administrativa do Poder Executivo de Itaqui.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de setembro de 2008.

KARIN SOHNE GENZ,

Coordenadora do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 08/2008 - CAOMA

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 00722.00065/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves/RS, tendo por finalidade investigar "eventual poluição ambiental produzida pela empresa Adria Alimentos S.A, quanto à emissão de gases e, também, quanto ao lançamento de resíduos industriais a céu aberto, em razão de deficiências na canalização e/ou caixas de gordura".

2) Inquérito Civil nº 00722.00066/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves/RS, tendo por finalidade investigar "corte de árvore nativa fora de Área de preservação Permanente e sem o necessário alvará florestal."

3) Inquérito Civil nº 00722.00067/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves/RS, tendo por finalidade investigar "corte seletivo de árvore nativa fora de Área de preservação Permanente e sem o necessário alvará florestal."

CAMAQUÃ

1) Inquérito Civil nº 00732.00033/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Rita Campos Piterman, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã/RS, tendo por finalidade de investigar "supressão de espécies nativas"

CANGUÇU

1) Inquérito Civil nº 40/08 instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "corte raso de vegetação nativa e utilização de fogo em área de preservação permanente, numa área de 0,5 hectare, sem licença dos órgãos ambientais".

2) Inquérito Civil nº 44/08 instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "manutenção em



depósito de 32m³ de lenha nativa, sem licença dos órgãos ambientais."

3)Inquérito Civil nº 45/08 instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "abate de animais, sem a devida licença ambiental".

4)Inquérito Civil nº 46/08 instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "corte e depósito de essências florestais nativas, em área de preservação permanente, numa área de 0,09 hectare, sem licença dos órgãos ambientais".

5)Inquérito Civil nº 50/08 instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "uso de fogo em área agropastoril, sem licença dos órgãos ambientais".

6)Inquérito Civil nº 51/08 instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "uso de fogo em área agropastoril, sem licença dos órgãos ambientais".

CANOAS

1)Inquérito Civil nº 112/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz, da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas/RS, tendo por finalidade investigar "apurar as condições gerais do canil municipal, especificamente no que tange ao atendimento dos animais, lotação e medicação"

CAPÃO DA CANOA

1)Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 151/08 pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa/RS, tendo por finalidade investigar "existência de depósito de resíduos sólidos, sem autorização do órgão ambiental"

CASCA

1)Inquérito Civil nº 00746.00017/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Damasio Sobiesiak, da Promotoria de Justiça de Casca/RS, tendo por finalidade investigar "emissão de fumaça com mau cheiro, bem como propagação de música em alto volume, oriundas da atividade fim da empresa (caldeira de aquecimento de água de piscina e prática de aulas de atividade física"

ESTEIO

1)Inquérito Civil nº 42/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio/RS, tendo por finalidade investigar "poluição sonora causada pelo restaurante e lancheria"

NOVA PRATA

1)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 59/08 pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Nova Prata/RS, tendo por finalidade investigar "despejo de águas contaminadas com óleos e graxas oriundos da atividade de lavagem de veículos, de responsabilidade da empresa Lavagem de Veículos Comin."

2)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 58/08 pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Nova Prata/RS, tendo por finalidade investigar "despejo de águas contaminadas com óleos e graxas oriun-

dos da atividade de lavagem de veículos de responsabilidade da empresa Lavagem de Veículos Quatro Rodas"

3)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 60/08 pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Nova Prata/RS, tendo por finalidade investigar "despejo de águas contaminadas com óleos e graxas oriundos da atividade de lavagem de veículos, de responsabilidade da empresa Lavagem São Cristóvão".

1)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 62/08 pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Nova Prata/RS, tendo por finalidade investigar "despejo de águas contaminadas com óleos e graxas oriundos da atividade de lavagem de veículos, de responsabilidade da empresa Posto Fochesatto – Lavagem de Veículos."

1)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 61/08 pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Nova Prata/RS, tendo por finalidade investigar "despejo de águas contaminadas com óleos e graxas oriundos da atividade de lavagem de veículos, de responsabilidade da empresa Lavagem de Veículos Webber".

PELOTAS

1)Inquérito Civil nº 00824.00057/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Roberto Gentil Charqueiro, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas/RS, tendo por finalidade investigar "construção e/ou edificação de prédio multifamiliar, com descumprimento de normas do Plano Diretor (Lei nº 2.565/80), bem como das NBRS (2991, 13208 e 6122).

SANTA MARIA

1)Inquérito Civil nº 00864.00176/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar "a extração de recursos minerais (basalto) sem possuir autorização."

2)Inquérito Civil nº 00864.00177/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar "transporte de produtos perigosos em desacordo com a legislação vigente."

3)Inquérito Civil nº 00864.00175/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar "causar poluição por lançamento de resíduos líquidos no meio ambiente."

4)Inquérito Civil nº 00864.00173/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar "comércio de pássaros silvestres sem licença ou autorização da autoridade competente"

5)Inquérito Civil nº 00864.00174/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar "obra de envaletamento em área de preservação permanente sem licenciamento ambiental"

SANTA ROSA

1)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 26/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa/RS, tendo por



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 01 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 044

finalidade investigar “vazamento de resíduos líquidos provenientes da empresa Camera Agroalimentos”.

SANTIAGO

1)Inquérito civil nº 01223.00030/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça substituto Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Santiago/RS, tendo por finalidade investigar “corte seletivo de árvores nativas, sem licença do órgão ambiental competente”

2)Inquérito civil nº 01223.00031/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça substituto Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Santiago/RS, tendo por finalidade investigar “ corte seletivo de árvores nativas, sem licença do órgão ambiental competente”.

SANTO ANGELO

1)Inquérito civil nº 494/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo/RS, tendo por finalidade investigar “uso de fogo, queimada das folhas secas e vegetação rasteira, sem licença do órgão ambiental, em um terreno da Justiça Federal, utilizado pela Receita Federal para depósito”.

SÃO JERÔNIMO

1)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 060/2008 pelo Promotor de Justiça Leonardo Guarise Barrios,, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo/RS, tendo por finalidade investigar “ engarrafamento de bebidas sem obtenção de licenciamento ambiental (FEPAM), o lançamento de efluentes líquidos no meio ambiente sem tratamento e ausência de registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”

2)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 061/2008 pelo Promotor de Justiça Leonardo Guarise Barrios, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo/RS, tendo por finalidade investigar “lançamento de esgoto pluvial e cloacal a céu aberto, em área de preservação permanente, sem tratamento e sem nenhuma licença ambiental”

SAPIRANGA

1)Inquérito Civil nº 00901.00031/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Willig Sanmartin, da Promotoria de Justiça de Sapiranga/RS, tendo por finalidade investigar “ emissão de gases e partículas na atmosfera em desacordo com os padrões vigentes, depósito irregular de resíduos industriais, bem como da perfuração de poço artesiano sem licença dos órgãos ambientais competentes, nas dependências da empresa.”

TAPEJARA

1)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 21/2008 pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara/RS, tendo por finalidade investigar “possível poluição sonora ocorrida na fábrica de papel higiênico”

TAPERA

1)Inquérito Civil nº 00909.00018/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi De Farias, da Promotoria de Justiça de Sapiranga/RS, tendo por finalidade investigar “ dano ambiental”.

2)Inquérito Civil nº 00909.00015/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi De Farias, da Promotoria de Justiça de Sapiranga/RS, tendo por finalidade investigar “

possível dano ambiental”.

TRÊS PASSOS

1)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 18/2008, pelo Promotor de Justiça em substituição Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Três Passos/RS, tendo por finalidade investigar “acúmulo de entulhos (terra, entulhos de construção, galhos, papelão), em área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente.”

2)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 19/2008, pelo Promotor de Justiça em substituição Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Três Passos/RS, tendo por finalidade investigar “destruição, mediante corte raso, de folhosas nativas de pequeno e médio porte, em uma área de 320 m², sem autorização do órgão ambiental competente.”

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 20/2008, pelo Promotor de Justiça em substituição Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Três Passos/RS, tendo por finalidade investigar “uso de fogo em área agropastorial de 3.200m², queimando vegetação de gramíneas e vassourinhas, sem autorização do órgão ambiental competente.”

4) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 21/2008, pelo Promotor de Justiça em substituição Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Três Passos/RS, tendo por finalidade investigar “depósito na propriedade de 350 (trezentos e cinquenta) palanques de cerne de madeira nativa da espécie Guajuvira, somando 6 (seis) metros cúbicos de madeira, sem autorização de armazenamento pelo órgão ambiental competente.”

5) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 22/2008, pelo Promotor de Justiça em substituição Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Três Passos/RS, tendo por finalidade investigar “transporte de 200 (duzentos) palanques de cerne de madeira nativa de espécies diversas, somando 3,47 (três vírgula quarenta e sete) metros cúbicos de madeira, sem autorização de armazenamento pelo órgão ambiental competente.

6) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 23/2008, pelo Promotor de Justiça em substituição Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Três Passos/RS, tendo por finalidade investigar “corte de 18 (dezoito) árvores nativas, da espécie de canela de veado, para utilização como lenha para fazer melado, sem autorização do órgão ambiental competente.”

7) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 24/2008, pelo Promotor de Justiça em substituição Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Três Passos/RS, tendo por finalidade investigar “uso de fogo em área agropastorial de 5.000 m², queimando vegetação de capim braquiária, sem autorização do órgão ambiental competente.”

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de setembro de 2008.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.